



HAL
open science

Os recenseamentos demograficos: uma fonte de informação sobre a filiação religiosa no Brasil

Philippe Waniez, Violette Brustlein, Dora Rodrigues Hees

► To cite this version:

Philippe Waniez, Violette Brustlein, Dora Rodrigues Hees. Os recenseamentos demograficos: uma fonte de informação sobre a filiação religiosa no Brasil. REDIAL - Revista Europea de Información y Documentación sobre América Latina, 1998, 8-9, pp.5-22. halshs-00828076

HAL Id: halshs-00828076

<https://shs.hal.science/halshs-00828076>

Submitted on 30 May 2013

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

OS RECENSEAMENTOS DEMOGRAFICOS :

UMA FONTE DE INFORMAÇÃO SOBRE A FILIAÇÃO RELIGIOSA NO BRASIL

PHILIPPE WANIEZ *
VIOLETTE BRUSTLEIN **
DORA RODRIGUES HEES (Colaboradora) ***

Num artigo publicado em 1997, J.P. Bastian observa, a propósito das filiações religiosas, que “os dados estatísticos são muito desiguais, pouco rigorosos, mas refletem uma tendência. Alguns recenseamentos nacionais de população consideram o fator religioso (...) e constituem indicadores valiosos, sobretudo para estudos municipais e regionais”. Considera-se esta última afirmação discutível, uma vez que os dados estatísticos espacializados perdem a qualidade à proporção que diminui a unidade espacial, pois os efetivos vão se tornando menos numerosos. Concorda-se, no entanto, com a idéia do autor segundo a qual os recenseamentos permitem contemplar as transformações religiosas. Deve-se ressaltar também o caráter exaustivo dos recenseamentos populacionais que resulta numa ampla abrangência geográfica, um dos principais interesses desse tipo de levantamento. Deve-se reconhecer que nenhuma pesquisa de campo apresenta tal exaustividade, sobretudo aquelas feitas pelos antropólogos que, na verdade, possuem outros objetivos.

OS RECENSEAMENTOS DEMOGRÁFICOS NO BRASIL

O Brasil é um país de tradição estatística. Os recenseamentos são, em princípio, realizados a cada década pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE ; os últimos recenseamentos foram realizados em 1970, 1980, 1991 e 2000. O caso particular do censo de 1991 deve ser destacado : realizado um ano depois da data inicialmente prevista, este recenseamento se deu num período político difícil (sob a presidência de Fernando Collor de Mello, de triste memória), e num contexto orçamentário ruim (cortes no orçamento dos órgãos públicos anunciado pela Ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Melo). A isto acrescentam-se dificuldades

* *Geógrafo do Institut de recherche pour le développement, IRD ; École Normale Supérieure, 48, Bd. Jourdan – 75010 Paris – France. e-mail : philgeo@club-internet.fr*

** *Geógrafa-cartógrafa do Centre national de la recherche scientifique, CNRS ; Centre de recherche et de documentation de l'Amérique latine, CREDAL, 28, rue Saint-Guillaume – 75006 Paris – France. e-mail : vbrustlein@univ-paris3.fr*

*** *Geógrafa, Pontifícia Universidade Católica, PUC, Rio de Janeiro – Brasil.*

técnicas ligadas à escolha de softwares de crítica automática de arquivos (esta crítica é indispensável quando se trata de um total entorno de 150 milhões de registros). Assim, a realização da sinopse preliminar do Censo Demográfico (número de pessoas e de domicílios) foi muito demorada, especialmente no Estado do Pará. Os dados relativos às condições de vida só estiveram disponíveis no final de 1993, e os dados mais especializados (como o item religião), que integram o questionário 1.02, mais conhecido como “amostra”, somente foram liberados no final de 1996.

As religiões nos recenseamentos demográficos

A estatística sobre a religião resulta do tratamento do item “religião ou culto”, do questionário 1.02, relativo às condições de vida. Uma única religião ou culto pode ser indicada pela pessoa recenseada, o que elimina imediatamente duplas filiações como, por exemplo, católicos praticando candomblé. Esta limitação pode ser problemática para cultos minoritários que correm o risco de aparecerem assim sub-avaliados.

Uma outra dificuldade apresentada pela estatística da religião é a evolução, ao longo do tempo, das suas classificações. Isto decorre do fato de o sistema estatístico vir se aperfeiçoando para se adaptar cada vez mais ao universo pesquisado. Assim, ao se tentar a avaliação da evolução da filiação religiosa de 1970 a 1991, aparecem dificuldades devido às mudanças nas categorias. Por exemplo, o recenseamento de 1991 considera três tipos de cristãos reformados (evangélicos tradicionais, pentecostais e não determinados), o de 1980 define apenas os dois primeiros e, o de 1970, somente um.

Por outro lado, quando se deseja estudar uma determinada religião com maior precisão, os dados impressos nos anuários são limitados às categorias mais agregadas, o que impede qualquer pesquisa que vise aprofundar a importância relativa das diversas “correntes” de uma mesma religião. Isto é particularmente limitante no caso dos protestantes e das religiões orientais, dos quais se conhece bem a diversidade dos grupos. Já os registros individuais do recenseamento contêm a indicação detalhada do grupo religioso declarado pelas pessoas recenseadas (8 grupos para os evangélicos tradicionais e 10 para os pentecostais, em 1991), mas este item não é, no entanto, processado de maneira padronizada pelo IBGE. Para contornar este inconveniente, foi preciso recorrer aos registros individuais da amostra, conhecidos pelo nome de “micro-dados”, que estão disponíveis no IBGE, em 10 CD-Ros contendo cerca de 20 milhões de registros.

Os micro-dados do recenseamento demográfico de 1991

Para um pesquisador em ciências sociais, é extraordinário ter acesso ao arquivo codificado do recenseamento. Na França, por exemplo, o INSEE e a Comissão Nacional Informática e Liberdade cuidam do caráter confidencial dos recenseamentos. No Brasil, o IBGE vende a um preço elevado esses arquivos (os preços estão

Código	Estado	Domicílios			População		
		Amostra	Número	Taxa	Amostra	Número	Taxa
11	Rondônia	26 860	317 068	8,5	120 452	1130 874	10,7
12	Acre	9 824	102 445	9,6	44 930	417 165	10,8
13	Amazônia	45 583	450 717	10,1	242 782	2102 901	11,5
14	Roraima	5 486	51 768	10,6	23 102	215 950	10,7
15	Pará	103 849	1167 121	8,9	528 899	5181 570	10,2
16	Amazonas	6 073	63 591	9,6	31 659	288 690	11,0
17	Tocantins	29 801	229 383	13,0	140 032	920 116	15,2
21	Maranhão	105 841	1149 305	9,2	527 619	4929 029	10,7
22	Piauí	66 477	614 067	10,8	337 570	2581 215	13,1
23	Ceará	151 181	1623 963	9,3	710 923	6362 620	11,2
24	Rio Grande do Norte	72 051	632 430	11,4	338 374	2414 121	14,0
25	Paraíba	89 692	837 959	10,7	430 393	3200 677	13,4
26	Pernambuco	172 781	1896 609	9,1	792 991	7120 862	11,1
27	Alagoas	61 493	526 447	11,7	297 619	2455 627	12,1
28	Sergipe	42 139	420 022	10,0	195 250	1491 867	13,1
29	Bahia	306 697	3129 025	9,8	1501 814	11855 157	12,7
31	Minas Gerais	462 239	4459 945	10,4	1972 130	15731 961	12,5
32	Espírito Santo	70 507	756 943	9,3	302 558	2598 505	11,6
33	Rio de Janeiro	357 010	4153 189	8,6	1316 778	12783 761	10,3
35	São Paulo	879 371	9501 132	9,3	3380 469	31546 473	10,7
41	Paraná	249 310	2419 102	10,3	1022 715	8443 299	12,1
42	Santa Catarina	141 032	1326 497	10,6	575 171	4538 248	12,7
43	Rio Grande do Sul	292 564	2864 846	10,2	1079 037	9135 479	11,8
50	Mato Grosso do Sul	52 966	508 567	10,4	213 657	1778 741	12,0
51	Mato Grosso	60 831	549 411	11,1	260 639	2022 524	12,9
52	Goiás	124 488	1182 980	10,5	499 672	4012 562	12,5
53	Distrito Federal	38 407	424 123	9,1	158 477	1598 415	9,9
	BRASIL	4024 553	41358 655	9,7	17045 712	146858 409	11,6

Tab. 1.
Amostragem do
questionário 1.02
do
Recenseamento
Demográfico do
Brasil de 1991

disponíveis no site do IBGE : <http://www.ibge.gov.br>). Tivemos, entretanto, acesso gratuito a esta informação através do convênio entre o IBGE e o IRD.

- Os arquivos codificados contêm a expressão numérica das respostas dadas pelas pessoas interrogadas no questionário que lhes foi aplicado. Este questionário compreende dois tipos de registros : os registros “domicílios” e os registros “pessoas”.
- Cada um destes arquivos contém dois tipos de registros : domicílios e pessoas. Estes registros seguem sempre uma mesma ordem : encontra-se, em primeiro lugar, um registro “domicílio” e, em seguida, um ou vários registros que caracterizam as pessoas residentes nesse domicílio (fig. 1).
- Todos os registros compreendem os elementos de identificação comuns, como os códigos das unidades geográficas da residência (fig. 2). A divisão territorial e política do Brasil compõe-se de um Distrito Federal e 26 Unidades da Federação, também chamadas de Estados (fig. 3.a), divididos em 5 507 municípios (fig. 3.b). O IBGE utiliza ainda outros três níveis geográficos : 5 macrorregiões que

agrupam estados (fig. 3.a), 137 mesorregiões homogêneas do ponto de vista do meio ambiente (fig. 3.c) e 558 microrregiões geográficas (fig. 3.d), cujos limites correspondem em geral às áreas de influência das principais cidades.

- conjunto dos registros para um estado corresponde a um arquivo codificado, gravado em CD-Rom, com exceção do estado São Paulo que, em função do seu tamanho, apresenta dois arquivos, um para a capital e outro para o interior, num total de dois CD-Roms.

Cada tipo de registro, domicílio ou pessoa, contém variáveis específicas ; a lista destas variáveis e sua localização nos registros é dada no arquivo “dicionário”, também fornecido nos CD-Roms. É no registro “pessoa” que se encontra a variável “religião”, codificada com dois caracteres e compreendendo 47 modalidades (fig. 4).

Encontra-se também no final de cada registro, de qualquer tipo, uma variável chamada “fator para expansão da amostra” que indica o peso do registro no efetivo estimado nas tabelas estatísticas elaboradas. Cabe lembrar que o questionário 1.02 é aplicado somente para uma amostra da população brasileira, segundo diferentes taxas de amostragem, de acordo com o tamanho da população de cada estado (tab. 1).

O programa MicroDados

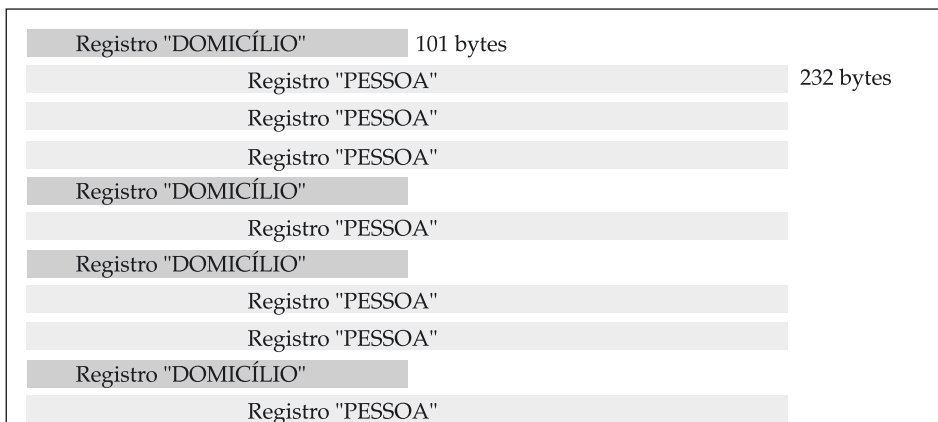
Os arquivos fornecidos pelo IBGE, em CD-Rom não vêm acompanhados por um programa de tabulação. O pesquisador deve então procurar os meios adequados para o tratamento das informações ou terceirizar esta operação junto às empresas de prestação de serviços. Este trabalho não é fácil de ser realizado por um não-especialista, uma vez que os micro-dados resultam de uma amostragem, cujo tamanho varia em função das características de cada município, o que exige o conhecimento da estimativa estatística.

Para contornar esta dificuldade, um software simples de tabulação foi desenvolvido para elaborar tabelas, cruzando uma dimensão geográfica (município, microrregião, unidade da federação) com uma ou duas dimensões relacionadas à população ou aos domicílios. Este programa, chamado simplesmente MicroDados, funciona exclusivamente em micro computadores Apple Macintosh® ou PowerMacintosh®, o que permitiu elaborar o conjunto de dados estatísticos sobre religião utilizados no âmbito das pesquisas apresentadas em seguida. Para funcionar, este software exige que os dados sejam gravados num disco magnético com uma capacidade de 5 gigabytes e necessita também de 70 megabytes de memória Ram.

A interface do programa é muito simplificada. Ela se compõe de 6 menus :

- **Arquivo** permite executar uma tabulação ou sair do programa ;
- **Domicílios** (fig. 5) e **Pessoas** (fig. 6) apresentam a lista de perguntas do recenseamento a partir das quais as tabelas podem ser realizadas (trata-se de um sub-conjunto dessas perguntas escolhido em função de nossos temas de interesse e do número de respostas possível, este número definindo o espaço de memória necessário) ; para um determinado nível geográfico, é possível

fig. 1. O arquivo codificado dos microdados do recenseamento demográfico (1991)



<p>Variável nº: 0099 - Tipo de Registro Posição inicial: 1 Tamanho (em bytes): 1 Número de decimais: 0 Formato: numérico, dados não ordenados Número de categorias: 2 *** Categorias *** Código Descrição 1 domicílio 2 pessoas</p>	<p>Variável nº: 0102 - Identificação do Questionário Posição inicial: 4 Tamanho (em bytes): 9 Número de decimais: 0 Formato: numérico, com dados ordenados Número de categorias: 0</p>
<p>Variável nº: 1101 - Unidade da Federação Posição inicial: 2 Tamanho (em bytes): 2 Número de decimais: 0 Formato: numérico, dados não ordenados Número de categorias: 27 *** Categorias *** Código Descrição 11 Rondônia 12 Acre ...</p>	<p>Variável nº: 0098 - Ordem da Pessoa Posição inicial: 13 Tamanho (em bytes): 2 Número de decimais: 0 Formato: numérico, com dados ordenados Número de categorias: 0 A variável assume o valor 00 para os registros de domicílio.</p>
<p>Variável nº: 7004 - Macrorregião Posição inicial: 2 Tamanho (em bytes): 1 Número de decimais: 0 Formato: numérico, com dados ordenados Número de categorias: 5 *** Categorias *** Código Descrição 1 Região Norte 2 Região Nordeste 3 Região Sudeste 4 Região Sul 5 Região Centro-Oeste A (VAR 7004) corresponde ao primeiro dígito da (VAR 1101)</p>	

fig. 2. Os elementos de identificação comuns aos dois tipos de registro

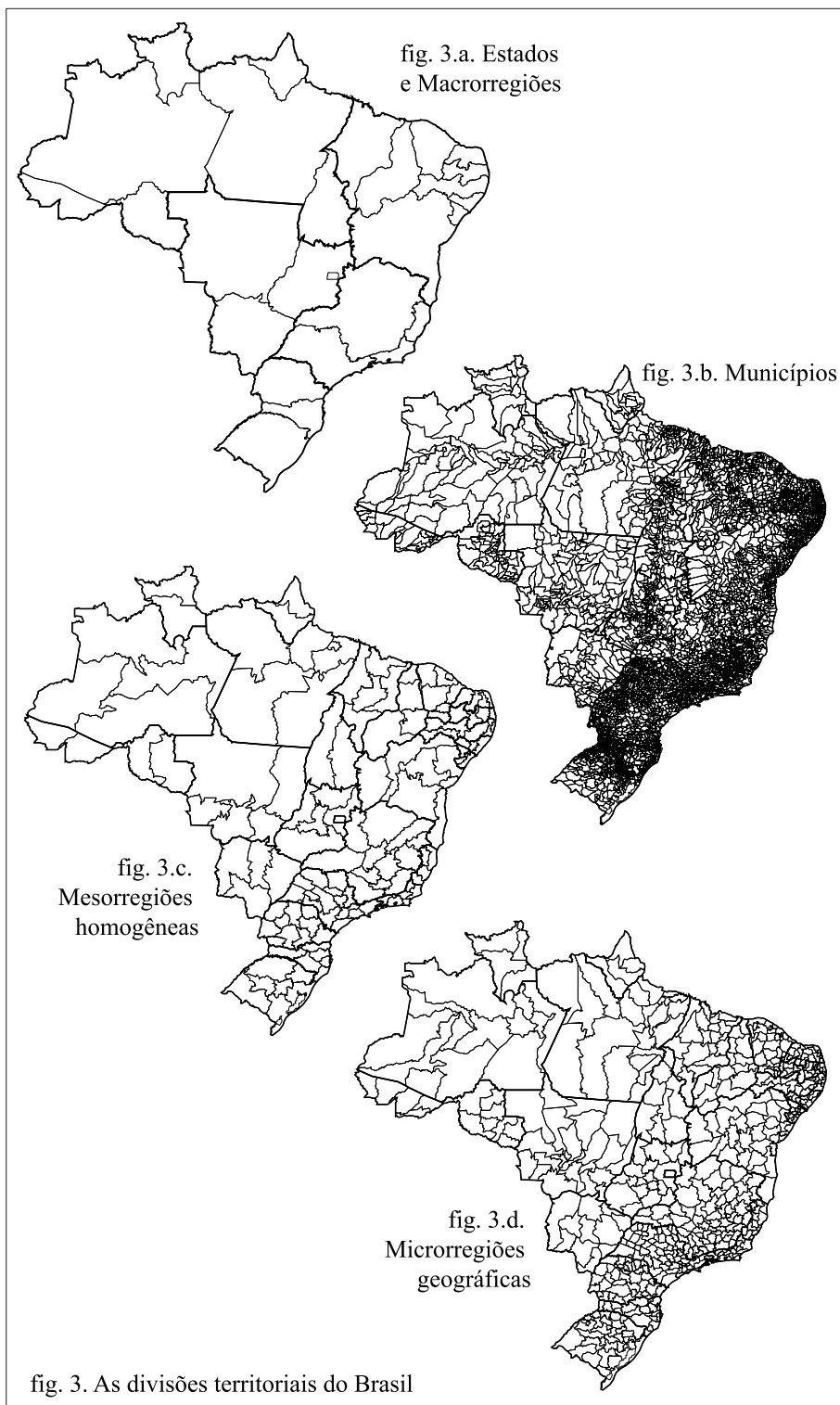


fig. 4. A variável "Religião" no registro "Pesso"a, e o "fator para expansão da amostra"

Variável nº: 0310 - Religião	Variável nº: 7301 - Peso ou Fator para Expansão da Amostra
Posição inicial: 221	Posição inicial: 223
Tamanho (em bytes): 2	Tamanho (em bytes): 10
Número de decimais: 0	Número de decimais: 8
Formato: numérico, dados não ordenados	Formato: numérico, dados não ordenados
Número de categorias: 4	Número de categorias: 0
*** Categorias ***	
Código	Descrição
00	Sem religião
11	Católica Apostólica Romana
12	Católica Apostólica Brasileira
13	Católica Ortodoxa
21	Evangélica Tradicional Luterana
22	Evangélica Tradicional Presbiteriana
23	Evangélica Tradicional Metodista
24	Evangélica Tradicional Batista
25	Evangélica Tradicional Congregacional
26	Evangélica Tradicional Adventista
27	Evangélica Tradicional Episcopal Anglicana
28	Evangélica Tradicional Menonita
29	Evangélica Tradicional não determinada
30	Evangélica Tradicional Outras
31	Evangélica Pentecostal Assembléia de Deus
32	Evangélica Pentecostal Congregação Cristã do Brasil
33	Evangélica pentecostal O Brasil para Cristo
34	Evangélica pentecostal Evangelho Quadrangular
35	Evangélica pentecostal Universal do Reino de Deus
36	Evangélica pentecostal Casa da Bênção
37	Evangélica pentecostal Casa da Oração
38	Evangélica pentecostal Deus é Amor
39	Evangélica pentecostal Maranata
40	Evangélica pentecostal Tradicional Renovada
41	Evangélica pentecostal não determinada
45	Evangélica pentecostal outras
49	Evangélica não determinada
51	Neo-Cristã Mórmon
52	Neo-Cristã Testemunha de Jeová
53	Neo-Cristã LBV
59	Neo-Cristã outra
61	Mediúnica Espírita
62	Mediúnica Umbandista
63	Mediúnica Candomblecista
71	Judaica ou Israelita
75	Oriental Budista
76	Oriental Messiânica
77	Oriental Seicho No-Ie
79	Oriental Outras
81	Outras - Islamismo
82	Outras - Esotérica
83	Outras - Indígena
84	Outras - grupos minoritários
85	Não determinada ou mal definidas - Cristã
86	Não determinada ou mal definidas - Crente
89	Não determinada ou mal definidas - outras
99	Sem declaração



fig. 5



fig. 6



fig. 8



fig. 7



fig. 9

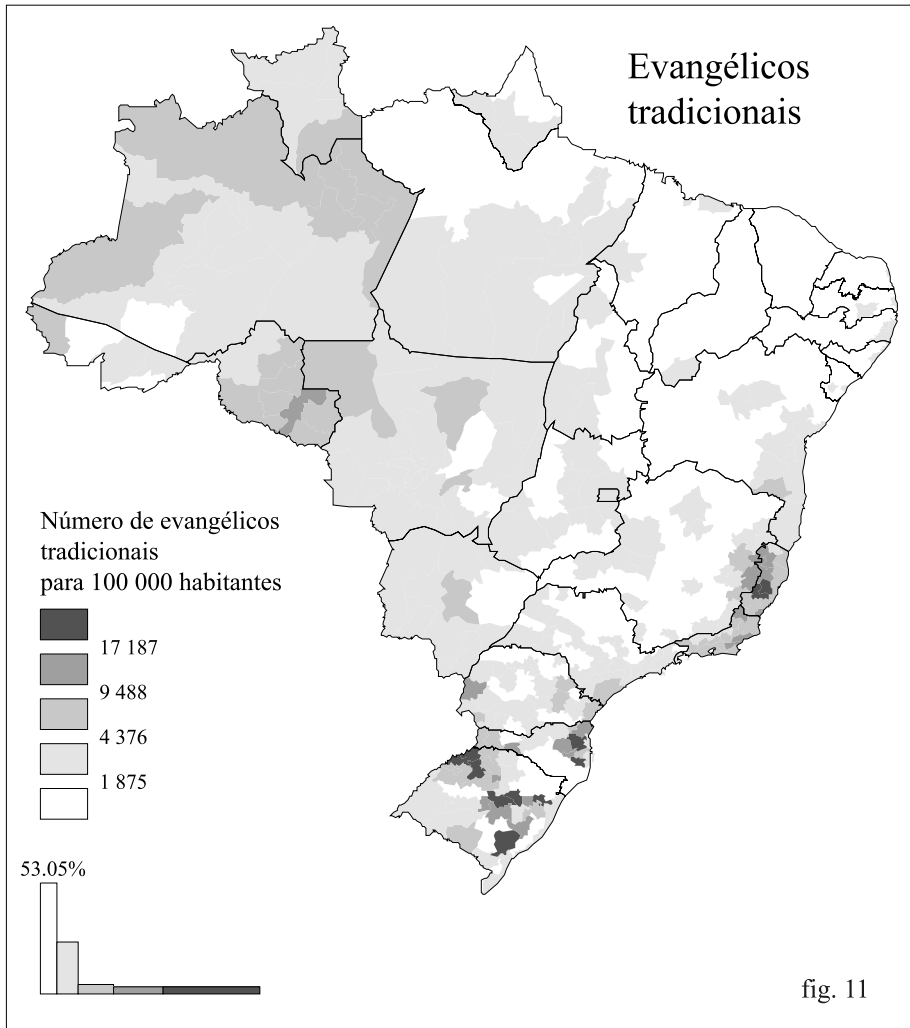


fig. 10

cruzar uma ou duas variáveis relativas aos domicílios, uma ou duas variáveis relativas às pessoas, ou ainda uma variável sobre os domicílios e uma outra sobre as pessoas ;

- os dois menus seguintes, **Regiões** (fig. 7) e **UF** (fig. 8), permitem escolher o espaço geográfico (regiões ou estados) para o qual uma tabela deve ser elaborada. Naturalmente, é possível escolher várias regiões, vários estados (mesmo que eles não sejam da mesma região) ou o Brasil inteiro ;
- o menu **Níveis** (fig. 9) permite selecionar em que nível geográfico a tabela deve ser produzida (município, microrregião, unidade da federação) ; por default, as tabelas são elaboradas para esses três níveis.

As tabelas realizadas com o programa MicroDados são gravadas em arquivos textos, cujos campos encontram-se separados pelo caracter “tabulação” : cada célula da tabela constitui uma coluna no arquivo, identificada pelas modalidades de



resposta às quais ela corresponde. As linhas do arquivo são constituídas por unidades espaciais selecionadas no menu Níveis. O tempo de processamento depende do número de registros existente em cada arquivo de micro-dados a ser tratado, podendo variar de alguns minutos para um pequeno estado da Região Norte (fig. 10), por exemplo, a algumas horas para o conjunto do Brasil.

A ANALISE DAS TABELAS PROVENIENTES DOS MICRO-DADOS

Graças aos arquivos codificados, é possível realizar qualquer tabela cruzando-se as unidades espaciais que compõem o espaço geográfico a ser estudado (o Brasil em seu conjunto ou, ainda, um dos estados da Federação) com quaisquer respostas do questionário 1.02 do Recenseamento Demográfico de 1991. Algumas que se seguem (extraídas da nossa pesquisa sobre a geografia da religião) tendem a mostrar o interesse que há na exploração desses dados ; porém, é importante levar em conta o grande número de possibilidades e não somente o estudo das religiões, que, aliás, não é um dos temas centrais desse tipo de levantamento.

O atlas das filiações religiosas no Brasil

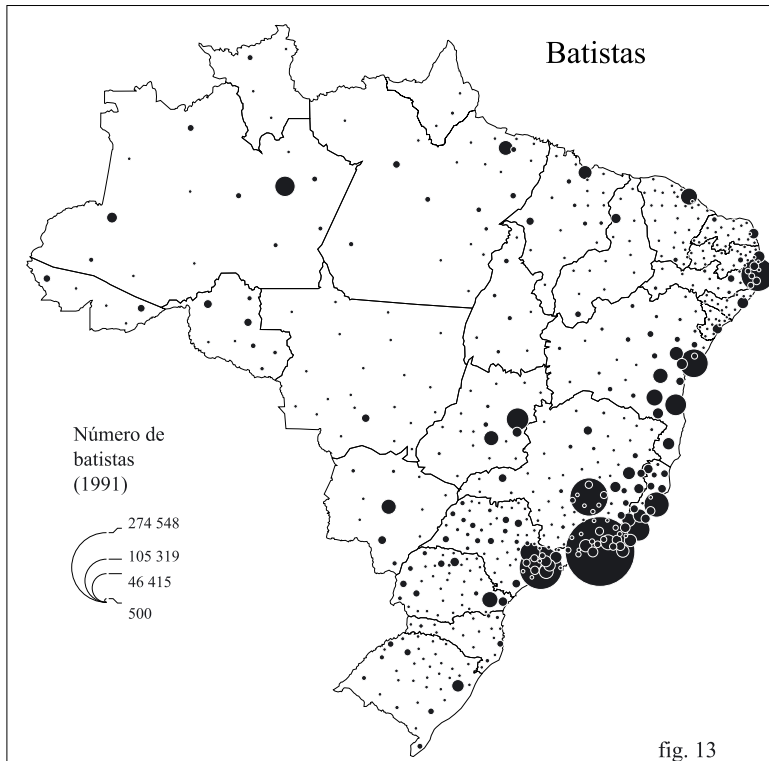
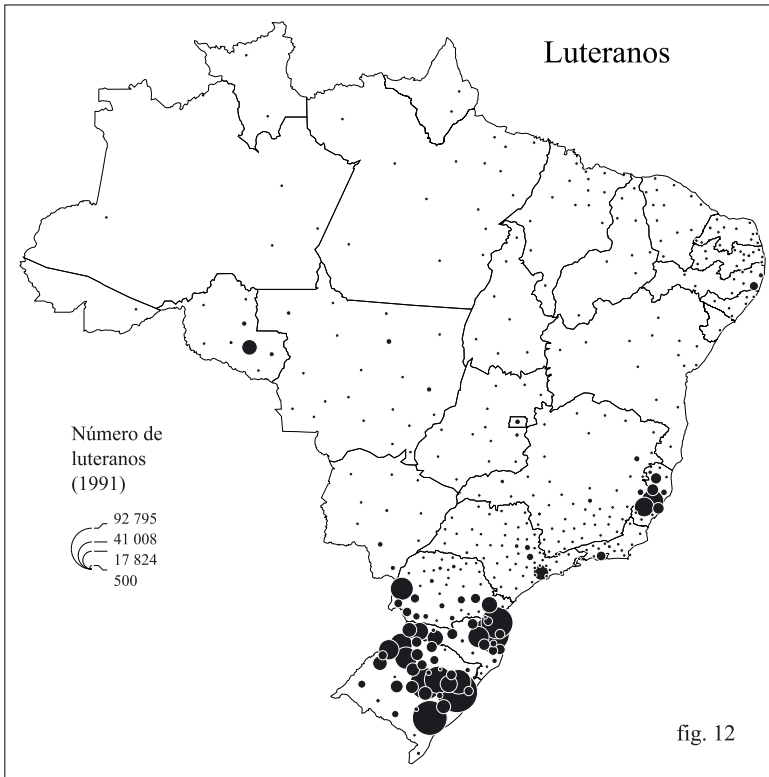
Este atlas se constitui numa tentativa de representação das filiações religiosas em todo o Brasil. Ele se compõe de três conjuntos de mapas : as principais religiões do país e seu peso na população total, os protestantes tradicionais e pentecostais (chamados evangélicos pelo IBGE) e alguns mapas demográficos e sócio-econômicos, representando indicadores básicos.

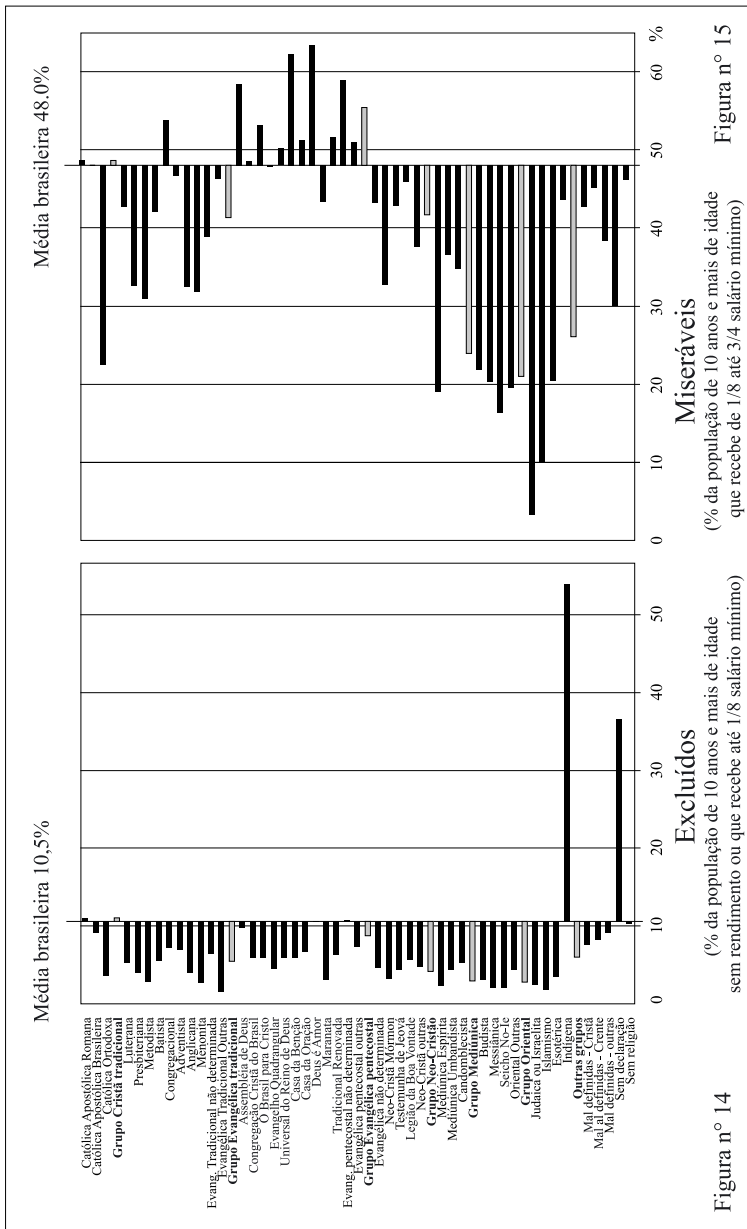
Por razões de representatividade estatística e de legibilidade gráfica, a divisão territorial usada para os mapeamentos não é a dos municípios, mas a das 558 microrregiões geográficas. Além disso, a experiência mostra que as microrregiões geográficas constituem um excelente nível de análise para pesquisas que consideram o país na sua totalidade.

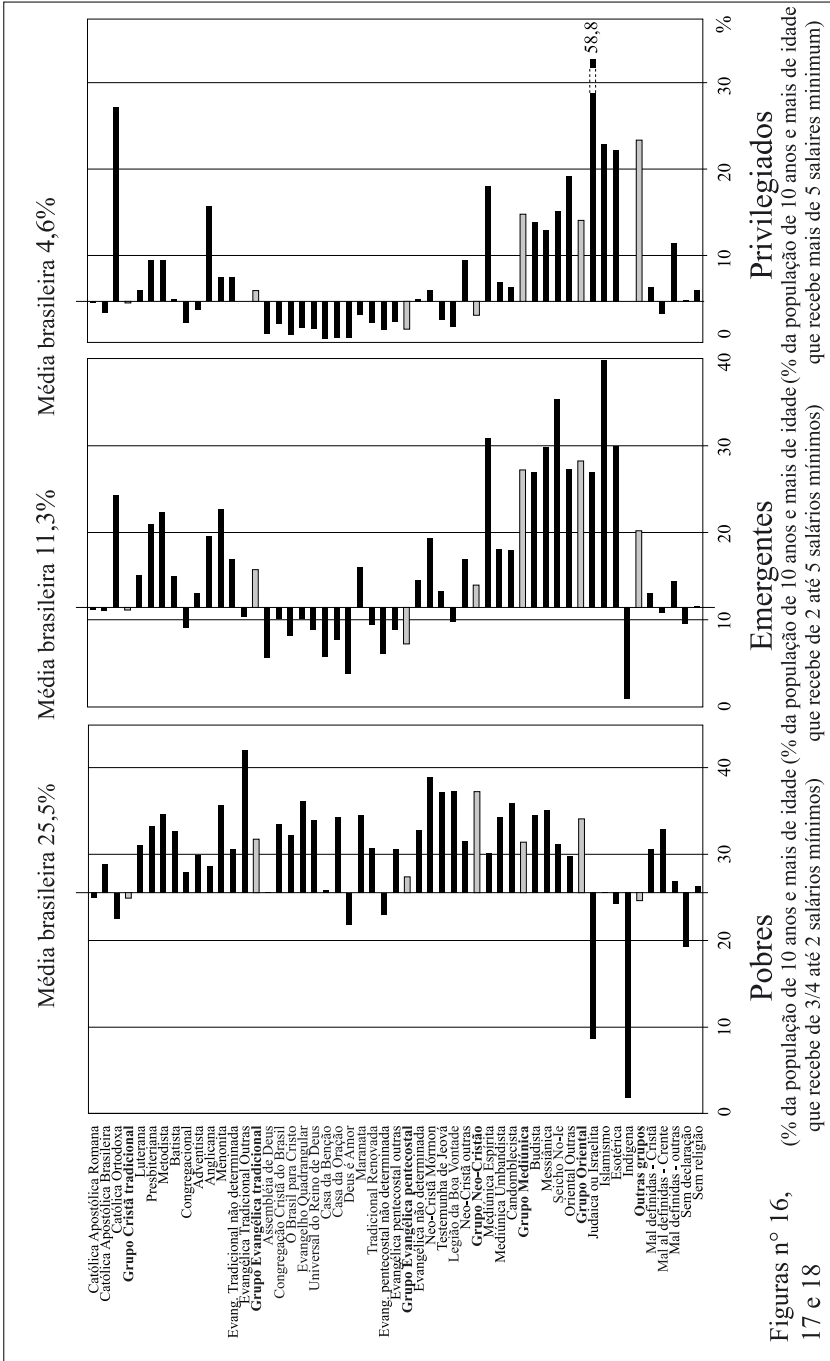
Os mapas que integram o Atlas são de dois tipos. Os mais numerosos, que mostram efetivos, baseiam-se em círculos cujas superfícies são proporcionais aos efetivos. Obtém-se, assim, um mapa que permite avaliar a maior ou menor concentração geográfica das populações envolvidas. Um outro tipo de mapa, chamado mapa “coroplético” (ou mapas em gamas de cores), destina-se à representação de relações como, por exemplo, o número de protestantes por 100 000 habitantes.

A realização desses mapas torna-se possível usando-se uma série de operações efetuadas por vários softwares que funcionam no sistema operacional Mac OS : MicroDados para elaborar as tabelas a partir dos registros individuais do recenseamento, DataDesk® para os cálculos estatísticos e, finalmente, Philcarto para mapear a informação propriamente dita.

Os evangélicos tradicionais, num total de quase 4 milhões e meio, estão particularmente concentrados nas regiões Sudeste e Sul que representam 70% dos evangélicos do Brasil. Na região Sudeste, observa-se em relação à distribuição espacial da população total, um aumento dos efetivos no estado do Espírito Santo ;





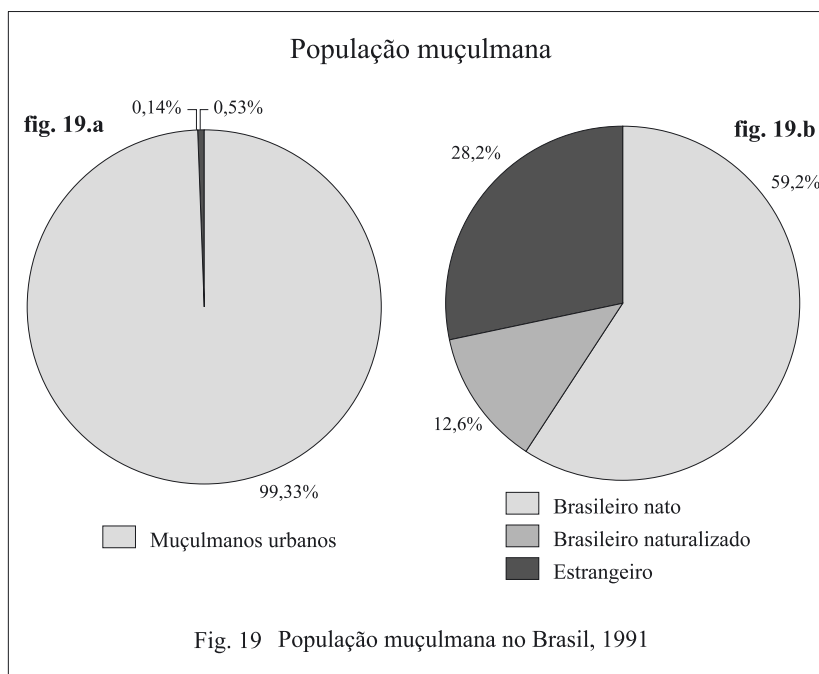


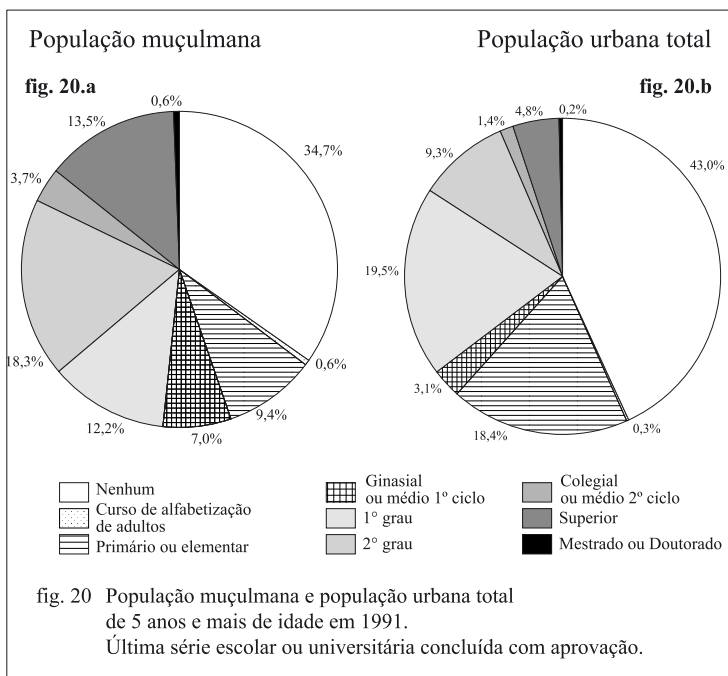
Figuras n° 16, 17 e 18

na Região Sul, no leste de Santa Catarina (área de Blumenau) e ao norte do Rio Grande do Sul (região de Três Passos e Ijuí). Esta concentração é ainda mais nítida no mapa dos evangélicos tradicionais (fig. 11), o que se explica principalmente pela presença da comunidade de luteranos (fig. 12), resultado em grande parte da imigração de origem alemã. Estes formam, na verdade, o segundo grupo de protestantes tradicionais do país com um milhão de pessoas. Além dessa regionalização bem demarcada, os evangélicos tradicionais se destacam também na maioria das capitais estaduais, observando-se que na cidade do Rio de Janeiro são mais do que na cidade de São Paulo. A concentração de evangélicos nas grandes cidades deve-se, sobretudo, aos batistas (fig. 13), o sub-grupo mais numeroso (1,5 milhões de pessoas). Observa-se ainda que, com exceção das principais cidades, a importância dos evangélicos tradicionais, em relação à população total, é desprezível na Região Nordeste.

Religião e renda

Para cada pessoa registrada no arquivo de micro-dados, dispõe-se de uma avaliação da renda em salários mínimos. Estes valores devem ser utilizados com cuidado, apesar de o salário mínimo ter um significado bem definido no meio urbano. De fato, num país onde é grande a sonegação fiscal, os riscos de declarações falsas são naturalmente muito elevados. Deve-se acrescentar ainda que uma parte importante da população rural ativa recebe seu salário em espécie, o que torna difícil a sua conversão monetária. Esta é a razão pela qual as classes de renda bastante detalhadas foram reunidas em cinco grupos : os “excluídos” (sem renda ou





com 1/8 de salário mínimo), os “miseráveis” (com 1/8 a 3/4 de salário mínimo), os “pobres” (com 3/4 a 2 salários mínimos), os “emergentes” (com 2 a 5 salários mínimos) e, finalmente, os “privilegiados” (com mais de 5 salários mínimos). As figuras 14 a 18 apresentam o desvio em relação ao perfil médio brasileiro de cada religião, em cada classe de renda.

O grupo “Cristão tradicional” apresenta um perfil de renda pouco diferente da média nacional. Para a religião ortodoxa, nota-se entretanto uma acentuada proporção de emergentes (24,3% contra 11,3% na população total) e de privilegiados (27,1% contra 4,6%). Considerando-se a renda, as religiões católicas (Apostólica Romana e Apostólica Brasileira) são as únicas às quais o adjetivo “universal” pode ser aplicado rigorosamente. Na verdade, todos os outros grupos religiosos apresentam uma proporção de excluídos bastante inferior à média nacional. A reduzida participação dos excluídos nas religiões não católicas explica-se, sem dúvida, pela sua impossibilidade de pagar as contribuições que muitas religiões impõem a seus fiéis.

Nota-se, entretanto, que os pentecostais mostram-se mais abertos aos pouco favorecidos do que as outras religiões não católicas: apesar de os excluídos se situarem em proporção ligeiramente inferior à média nacional (8,7% contra 10,5%), os miseráveis (55,4% contra 48%) e os pobres (27,3% contra 25,5%) são mais numerosos, enquanto os emergentes e os privilegiados são mais raros. Observa-se aqui uma nítida diferença entre as duas principais igrejas pentecostais: a Assembléia de Deus apresenta-se mais aberta aos pobres do que Congregação Cristã do Brasil (58,4% contra 48,5%).

As igrejas evangélicas tradicionais e neo-cristãs caracterizam-se pela importância de adeptos das classes pobres (31,7%) e emergentes (15,7%). Há, no

entanto, nuances no âmbito dos evangélicos tradicionais, pois os presbiterianos, os metodistas e sobretudo os anglicanos reúnem mais privilegiados do que as outras. Já

as religiões espíritas e orientais caracterizam-se pelos elevados rendimentos do seus fiéis com 27 a 28% de emergentes e 14% de privilegiados. Mas são os muçulmanos e os israelitas que apresentam as rendas mais elevadas : 22,9% de privilegiados e 58,8%, respectivamente.

Os muçulmanos no Brasil

A população muçulmana residente no Brasil em 1991 é majoritariamente urbana (fig. 19.a – 99,4% contra 74,6% para o total dos brasileiros), masculina (59,5% contra 48,5% para a população urbana e 49,4% para o conjunto dos brasileiros), e de cor branca (87,9% contra 51,6% para a totalidade dos brasileiros). Como a população muçulmana vive quase totalmente nas cidades, suas características socioeconômicas serão comparadas somente com as da população urbana brasileira.

Nacionalidade

Mais de um quarto dos muçulmanos residentes no Brasil, ou seja, 6 339 pessoas, não possuem a nacionalidade brasileira (fig. 19.b) ; para 12,6% dos muçulmanos, isto é, 2 821 pessoas, a nacionalidade brasileira resulta de naturalização (contra, respectivamente, 0,5% e 0,1% para os urbanos). A pesquisa sobre o lugar de nascimento das pessoas naturalizadas ou estrangeiras mostra a predominância do Líbano (48,8% e 60,1%, respectivamente) e, de maneira secundária, da Síria (4,4% e 4,5%) e de Israel (4,5% e 2,4%). Observa-se igualmente uma forte proporção de muçulmanos nascidos em “outros países da Ásia”, que representam 35,7% dos naturalizados e 23,3% dos estrangeiros. Todas estas observações convergem para a confirmação da continuidade dos movimentos migratórios “tradicionais” do Oriente Médio. O fato novo parece vir da imigração muçulmana originária da África que representa 2,5% dos naturalizados contra 5,8% dos estrangeiros. Considerando-se que a naturalização constitui a etapa normal que se segue à chegada ao país, pode-se observar então um aumento da imigração africana e libanesa.

Educação

O nível de educação dos muçulmanos é muito mais elevado do que o do conjunto da população urbana. Dois indicadores convergem nesse sentido. A proporção de pessoas alfabetizadas (que sabem ler e escrever um texto simples na língua que eles conhecem) atinge a proporção recorde de 92,8%, somente inferior à proporção máxima de 98% apresentada pelos israelitas, contra 82,2% da população urbana e 75,8% para o total dos brasileiros. O nível de educação, avaliado pelo grau da última série escolar ou universitária concluída (fig. 20), mostra que o da população muçulmana é nitidamente mais alto. É bem verdade que mais de um terço dos muçulmanos não concluiu ciclo algum, mas esta característica diz respeito a 43% da população urbana. Ao contrário, 13,5% dos muçulmanos possuem nível superior contra somente 4,8% da população urbana e 3,7% dos brasileiros ; esta desproporção vale por todos os outros graus.

CONCLUSÃO

Os micro-dados do recenseamento demográfico do Brasil de 1991 constituem uma fonte de informação ainda pouco explorada pelos pesquisadores em ciências sociais. Isto é lamentável sobretudo ao se considerar o custo da realização de um recenseamento num país tão grande e com uma população de 170 milhões de habitantes (recenseamento de 2000).

Pode-se perguntar sobre as razões dessa sub-utilização dos dados. Uma primeira explicação seria talvez a inadequação dos recenseamentos às necessidades dos pesquisadores em ciências sociais. De fato, se o principal interesse dos recenseamentos é abordar uma multiplicidade de temas, estes, por sua vez, não permitem facilmente aprofundar cada um desses temas. A sub-utilização dos dados é agravada pela utilização quase exclusiva, pelos cientistas, dos anuários impressos, cujos limites editoriais são necessariamente reduzidos em relação ao universo abordado.

Uma segunda razão relaciona-se, sem dúvida, à má qualidade dos recenseamentos realizados nos países do Sul, o que leva numerosos pesquisadores a rejeitarem esta fonte de dados e a empreenderem seus próprios levantamentos. Esta crítica não é, sem dúvida, sem fundamentos, embora como fazê-la sem realizar pelo menos alguns tratamentos dos micro-dados.

Finalmente, pode-se pensar que a formação de pesquisadores em ciências sociais em técnicas de tratamento de dados seja insuficiente. Este problema não deve ser sub-estimado, pois leva freqüentemente a uma atitude semelhante à da Raposa na fábula de La Fontaine : as uvas estão verdes, não vale a pena colhê-las! Esta última conclusão leva a uma defesa da melhor formação técnica dos pesquisadores em ciências sociais, tanto dos países do Norte, quanto do Sul.

BIBLIOGRAFIA

- BASTIAN Pierre,
1997, La dérégulation religieuse de l'Amérique Latine. Paris, La Documentation française, *Problèmes d'Amérique Latine*, n°24, janvier-mars 1997, pp. 3-16.
- WANIEZ P., BRUSTLEIN V.,
1998, Les protestantismes dans la cartographie religieuse au Brésil. *Lusotopie*, 1998, pp. 449-458
- THÉRY H., WANIEZ P.,
L'accès aux données pour la connaissance du territoire, le cas du Brésil. *L'Espace Géographique*, 2000-1, pp. 53-57.
- WANIEZ P., BRUSTLEIN V.,
La différenciation sociale et spatiale des religions au Brésil. *Cahiers des Amériques Latines*, n°33, 2000.
- WANIEZ P., BRUSTLEIN V.,
2000, *Les musulmans au Brésil : éléments pour une géographie sociale*. Atelier "Islam en Lusophonie" du XIV^e congrès de l'Association Française pour l'Étude du Monde Arabe et Musulman, AFEMAM, Bordeaux-Talence, 6-8 juillet 2000.
- WANIEZ P.,
2000, *Les fichiers des administrations brésiliennes : des gisements de données encore peu explorés pour analyser les dynamiques territoriales*. Ministère de la Recherche, Semaine Brasil 2000, Paris, 16-20 octobre 2000.
-